

CONVENÇÃO COLETIVA
DATA BASE: NOVEMBRO/2020

Sindicato Profissional: Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, registrado no MTB sob o nº 46000.007655 de 1995, inscrito no CNPJ sob o nº 95.438.800/0001-03.

Sindicato Patronal: Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul, registrado no MTB sob o nº 24000.010995/88 de 1964, inscrito no CNPJ sob o nº 95.439.089/0001-01.

Abrangência: empregados no comércio varejista de **Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Gramado Xavier/RS**

ESCLARECIMENTOS INICIAIS

O presente instrumento coletivo está dividido em duas partes (**PARTE I** e **PARTE II**), tendo em vista regulamentar de forma diferenciada os empregados da empresa HAVAN.

Desse modo, a parte (**PARTE I**) do instrumento coletivo se refere as condições de trabalho fixadas para toda a categoria, sem distinção, devendo, portanto, ser cumprida por todas as empresas.

Já a parte (**PARTE II**) do presente instrumento coletivo estipula cláusulas exclusivas para os empregados da empresa HAVAN, bem como as demais cláusulas específicas fixadas na segunda parte (**PARTE II**) deste instrumento coletivo.

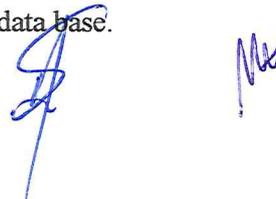
PARTE I

CLÁUSULA 01 - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados abrangidos pelo presente acordo serão majorados em 1º de novembro de 2020, em 4,77% (quatro vírgulas, setenta e sete por cento), a incidir sobre o salário de novembro de 2019.

CLÁUSULA 02 - REAJUSTE SALARIAL PROPORCIONAL

A taxa de reajustamento do salário do empregado que haja ingressado na empresa após a data base será proporcional ao tempo de serviço e terá como limite o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até 12 (doze) meses antes da data base.



PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento após a data base da categoria, será adotado o critério proporcional ao tempo de serviço ou fração superior a 15 (quinze) dias com adição ao salário da época da contratação, conforme tabela abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO	REAJUSTE	MÊS DE ADMISSÃO	REAJUSTE
Novembro / 2019	4,77	Mai / 2020	2,40
Dezembro / 2019	4,21	Junho / 2020	2,40
Janeiro / 2020	2,95	Julho / 2020	2,40
Fevereiro / 2020	2,76	Agosto / 2020	2,13
Março / 2020	2,58	Setembro / 2020	1,77
Abril / 2020	2,40	Outubro / 2020	0,89

PARÁGRAFO ÚNICO – Não poderá o empregado mais novo na empresa, por força do presente acordo, perceber salário superior ao mais antigo na mesma função.

CLÁUSULA 03 - COMPENSAÇÕES

Poderão ser compensados nos reajustes previstos na presente convenção coletiva os aumentos salariais, espontâneos ou coercitivos, concedidos durante o período revisando, exceto os provenientes de término de aprendizagem; aumento real, implemento de idade; promoção por antiguidade ou merecimento; transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade; e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

CLÁUSULA 04 - SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

O salário mínimo profissional da categoria vigorará a partir do mês de novembro de 2020, no valor de R\$ 1.414,50 (um mil, quatrocentos e quatorze reais e cinquenta centavos), para os empregados em geral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica estabelecido que o Piso que serve de base de cálculo para os reajustes coercitivos futuros, bem como, para a próxima data base, é o valor fixado no “caput” desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica assegurado que os pisos salariais previstos na presente cláusula não serão inferiores ao Salário Mínimo Nacional durante a vigência desta convenção, podendo o percentual assim concedido ser compensado na data base seguinte.

CLÁUSULA 05 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO



As empresas concederão a todos os integrantes da categoria profissional um adicional de 4% (quatro por cento) por quinquênio de serviço na mesma empresa, a incidir sobre a remuneração.

PARÁGRAFO ÚNICO – A contagem de tempo cumulativo para fins de concessão do adicional por tempo de serviço previsto no “caput” desta cláusula, se interromperá nos seguintes casos:

- a) Quando do retorno do empregado à mesma empresa, e no interregno de afastamento, o mesmo tenha laborado em outra empresa, que não for do mesmo grupo.
- b) No período de 01.11.20 a 31.10.21, se o empregado retornar a mesma empresa após 24 meses de afastamento, respeitando a alínea “a”.
- c) A partir de 01.11.21, se o empregado retornar a mesma empresa após 12 meses de afastamento, respeitando a alínea “a”.

CLÁUSULA 06 - CÁLCULO PARA OS COMISSIONISTAS

As parcelas rescisórias, a gratificação natalina, a licença maternidade e as férias dos comissionistas, serão calculadas tomando-se por base, a média das comissões corrigidas pelo INPC/IBGE, auferidas nos últimos 12 (doze) meses de trabalho.

CLÁUSULA 07 - DESCONTOS EM FOLHA

As empresas ficam autorizadas a descontarem de seus empregados os valores correspondentes a seguro de vida em grupo e ou descontos provenientes com UNIMED, UNIODONTO, TICKET REFEIÇÃO e TICKET ALIMENTAÇÃO desde que autorizados individualmente, por escrito, pelos empregados.

CLÁUSULA 08 - QUEBRA-DE-CAIXA

As empresas concederão um adicional de quebra-de-caixa a todos os empregados que exerçam a função de caixa, no valor mínimo de 10% (dez por cento) da remuneração.

CLÁUSULA 09 - AUXÍLIO-CRECHE

As empresas que não mantiverem creches junto ao estabelecimento ou de forma conveniada pagarão à sua empregada mulher, por filho menor de 06 (seis) anos de idade, auxílio mensal em valor equivalente a 0,10 (um décimo) do Salário Normativo da categoria profissional, independentemente de qualquer comprovação de despesas, sendo que o início do pagamento será após a cessação do auxílio maternidade.



CLÁUSULA 10 - AUXÍLIO FUNERAL

O empregador pagará, aos dependentes do empregado falecido em decorrência de acidente de trabalho, auxílio - funeral em quantia equivalente a 01 (um) salário normativo da categoria profissional.

CLÁUSULA 11 - REPOUSO REMUNERADO

O repouso semanal do empregado comissionista será calculado com base no total das comissões auferidas no mês, divididas pelos dias trabalhados no exercício da função e multiplicados pelos domingos e feriados a que fizer jus. A remuneração do empregado que perceba salário misto será composta basicamente, pelas comissões e repouso semanal remunerado, somado ao salário fixo.

CLÁUSULA 12 - ANOTAÇÃO DE COMISSÕES

As empresas que remuneram seus empregados a base de comissões se obrigam a anotar na Carteira de Trabalho dos mesmos, ou em contrato individual, o percentual aplicado para o cálculo dessas comissões.

CLÁUSULA 13 - ESTABILIDADE DE EMPREGO PARA GESTANTE

Fica assegurada a estabilidade provisória da empregada gestante, a partir da confirmação da gravidez, até 60 (sessenta) dias após o retorno da licença prevista em lei.

CLÁUSULA 14 - ABONO DE PONTO GESTANTE

Fica assegurada a empregada gestante o abono de uma falta mensal para consulta médica, mediante comprovação por declaração médica ou apresentação da carteira gestante.

CLÁUSULA 15 - ABONO DE PONTO - PIS

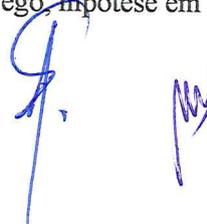
Fica assegurada a dispensa do empregado por meio turno do expediente normal, sem prejuízo salarial, para retirada das parcelas do PIS e durante um dia, quando o seu domicílio bancário for fora do município, salvo quando a empresa adotar o sistema de pagamento direto.

CLÁUSULA 16 - GRATIFICAÇÃO NATALINA

As empresas se obrigam a pagar 50% (cinquenta por cento) da gratificação natalina, aos empregados que a requeiram, na forma do parágrafo único, até 03 (três dias) após o recebimento do aviso de férias.

CLÁUSULA 17 - DISPENSA DE AVISO PRÉVIO

No caso de aviso prévio dado pela empresa, fica a mesma obrigada a dispensar do cumprimento do referido período, o empregado que comprovar a obtenção de novo emprego, hipótese em que



o empregador pagará os dias efetivamente trabalhados durante o aviso prévio, bem como as demais parcelas rescisórias.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas que dispensarem seus empregados de comparecerem ao trabalho durante o aviso prévio são obrigadas a fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA 18 - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO NA CTPS

As empresas são obrigadas a anotarem na Carteira de Trabalho de seus empregados a função por eles efetivamente exercida no estabelecimento.

CLÁUSULA 19 - CÓPIA DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

As empresas devem entregar cópia do Contrato de Experiência ao empregado, por ocasião de sua admissão, o qual não poderá ser celebrado por prazo inferior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA 20 - TREINAMENTO DE EMPREGADOS COMISSIONADOS

Os dias de treinamento de empregados comissionados, quando integram o programa de desenvolvimento dos Recursos Humanos das Empresas e obtiverem o aperfeiçoamento profissional dos participantes não necessitam ser compensados na remuneração variável.

CLÁUSULA 21 - DISCRIMINATIVO DOS PAGAMENTOS

As empresas devem fornecer aos seus empregados discriminativos dos pagamentos efetuados através de cópias de recibos ou envelopes de pagamento, onde constem as especificações das parcelas pagas e descontadas.

CLÁUSULA 22 - EXIGÊNCIA DE UNIFORMES

As empresas que exigirem de seus empregados o uso de uniformes, devem fornecê-los sem qualquer ônus, em número de 02 (dois) ao ano, a título de empréstimo para uso exclusivo em serviço, ficando estabelecido que os mesmos serão devolvidos as empresas, qualquer que seja o seu estado de conservação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando a empresa exigir determinado tipo de sapato, ou meias, deverá fornecê-los e/ou substituí-los sempre que necessário.

CLÁUSULA 23 - DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA

As empresas se obrigam a fornecer aos seus empregados despedidos por justa causa, os motivos que a determinarem, sob pena de ser considerada imotivada.



CLÁUSULA 24 - CONFERÊNCIA DE CAIXA

A conferência de caixa deve ser procedida a vista do empregado por ela responsável sob pena de impossibilidade de ulterior cobrança de diferenças apuradas posteriormente.

CLÁUSULA 25 - ATESTADO MÉDICO

As empresas são obrigadas a aceitarem atestados médicos, para justificação de faltas de serviço, expedidos por médicos particulares.

CLÁUSULA 26 - MAQUILAGEM

Quando as empresas exigirem de suas empregadas que trabalhem maquiladas, deverá fornecer o material necessário que deverá ser adequado a sua tez.

CLÁUSULA 27 - LIVRO PONTO OU CARTÃO MECANIZADO

As empresas que tiverem mais de 10 (dez) empregados se obrigam a manterem o livro-ponto ou cartão mecanizado, onde o empregado deverá registrar sua presença ao trabalho, intervalo e jornada extraordinária.

CLÁUSULA 28 - DIVULGAÇÃO EM QUADRO MURAL

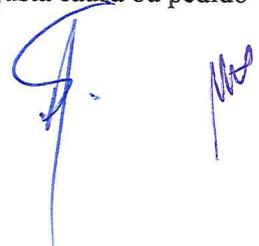
As empresas deverão permitir a divulgação em quadro mural, com acesso aos empregados, avisos e notícias sindicais editadas pelo Sindicato obreiro.

CLÁUSULA 29 - ESTABILIDADE

Fica assegurada a estabilidade provisória durante os 12 (doze) meses anteriores a implementação da carência necessária a concessão do benefício de aposentadoria ao empregado que mantenha o contrato de trabalho com a mesma empresa pelo prazo de 05 (cinco) anos ininterruptos. Aplica-se também tal requisito no caso de aposentadoria especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para a concessão da estabilidade provisória acima prevista, o empregado deverá comprovar perante o empregador a averbação do tempo de serviço mediante certidão expedida pela Previdência Social. A apresentação da certidão poderá ser dispensada caso o empregador, a vista dos documentos fornecidos pelo empregado, verifique a existência do tempo de serviço necessário à concessão de benefício.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma vez, não se aplicando nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão.



CLÁUSULA 30 – DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

É obrigatória a participação do sindicato patronal nas negociações coletivas de trabalho e acordos coletivos. Antes de qualquer movimento reivindicatório ou reclamação de natureza coletiva diretamente junto às empresas representadas pelo Sindicato do Comercio Varejista de Santa Cruz do Sul, o Sindicato dos Empregados no Comercio de Santa Cruz do Sul, se obriga a encaminhar a postulação e/ou reclamação através do Sindicato Patronal acima mencionado, de forma escrita.

CLÁUSULA 31 - MULTA - DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER

O descumprimento de qualquer das cláusulas do presente acordo coletivo que contenha obrigação de fazer, obrigará ao estabelecimento empregador a pagar multa equivalente a 5% (cinco por cento) do salário mínimo por empregado, e em benefício do mesmo, desde que não possua, a cláusula, multa especificada ou não haja previsão legal a respeito.

PARÁGRAFO ÚNICO - A presente cláusula somente será aplicada após a comunicação escrita pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul à empresa, e que a mesma não sanar a irregularidade apontada ou denunciada em 20 (vinte) dias.

CLÁUSULA 32 - ASSISTÊNCIA DO SINDICATO NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

Obrigação de as rescisões de contrato de trabalho e pedido de demissão de integrantes da categoria profissional suscitante, com 180 (cento e oitenta) dias ou mais de contratualidade, serem assistidas pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, sob pena de nulidade plena do ato, respeitado o disposto no artigo 477, da CLT ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho.

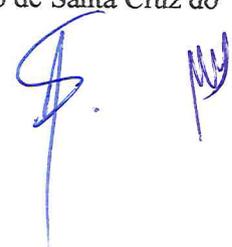
CLÁUSULA 33 – FÉRIAS PROPORCIONAIS

Fica assegurado aos integrantes da categoria profissional suscitante a percepção das férias proporcionais quando da rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregado.

CLÁUSULA 34 – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

Considerando a deliberação expressa da categoria manifestada em assembleia geral, órgão soberano da entidade sindical, respaldada pela previsão expressa do art. 513 “e” da CLT, as empresas deverão descontar mensalmente na folha de pagamento dos seus empregados, sócios ou não sócios da entidade, a título de contribuição assistencial, o percentual de 1% (um por cento) da remuneração do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O recolhimento das importâncias objeto do desconto previsto no “caput” de cláusula deverá ser repassado ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do



Sul, mediante o pagamento de guias próprias, disponíveis para retirada no site ou na secretaria da entidade. O pagamento das guias de recolhimento da contribuição assistencial deverá ocorrer até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não recolhimento dos valores estipulados no "caput" e parágrafo primeiro desta cláusula, dentro do prazo previsto, acarretará multa de 10% (dez por cento), acrescida de multa adicional de 2% (dois por cento) por mês de atraso no recolhimento e juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

CLÁUSULA 35 – TAXA NEGOCIAL/ASSISTENCIAL - PATRONAL

Conforme deliberação expressa em assembleia, as empresas integrantes da categoria representada pelo SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL, associadas ou não, que aderirem a presente convenção coletiva, recolherão para o Sindicato Patronal uma taxa negocial/assistencial, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da Folha de Pagamento, mediante guias fornecidas pelo Sindicato Patronal, pagáveis da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento) sobre o salário de contribuição para o INSS, referente ao mês de dezembro de 2020, com vencimento em 15.01.2021;

b) 5% (cinco por cento) sobre o salário de contribuição para o INSS, referente ao janeiro de 2021, com vencimento em 15.03.2021.

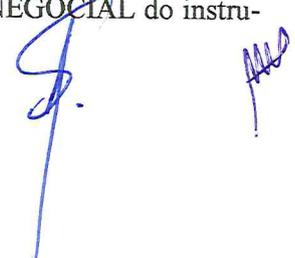
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor mínimo de cada parcela prevista no "caput" desta cláusula, inclusive para as empresas que não possuem empregados, será de R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO: O não recolhimento no prazo acima estipulado implicará em multa de 10% (dez por cento), acrescido de multa adicional de 2% (dois por cento) por mês de atraso no recolhimento e juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, bem como as cominações previstas no artigo 600 da CLT.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas integrantes da categoria representada pelo Sindicato do Comércio Varejista de Santa Cruz do Sul, estão obrigadas a remeter ao Sindicato Patronal cópia da Relação de Empregados da GFIP do mês de DEZEMBRO DE 2020, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o respectivo recolhimento, estando a Regularidade Sindical das empresas condicionada ao cumprimento desta obrigação.

CLÁUSULA 36 – TAXA NEGOCIAL DOS EMPREGADOS

Com respaldo na deliberação expressa da assembleia geral, as empresas descontarão em folha de pagamento dos seus empregados, sindicalizados ou não, a título de TAXA NEGOCIAL do instru-



mento coletivo, o percentual total de 6% (seis por cento) da remuneração do empregado, que será descontada em duas parcelas de 3% (três por cento) cada, nas folhas de pagamento dos meses de janeiro e abril de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas deverão procederem com o repasse ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Cruz do Sul, mediante guias próprias disponíveis para retirada no site ou na secretaria da entidade. O pagamento das guias de recolhimento da taxa negocial/contribuição assistencial deverá ocorrer até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não recolhimento dos valores estipulados no "caput" e parágrafo primeiro desta cláusula, dentro do prazo previsto, acarretará multa de 10% (dez por cento), acrescida de multa adicional de 2% (dois por cento) por mês de atraso no recolhimento e juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica assegurado ao empregado o direito de oposição, que deverá ser feito em até 10 (dez) dias da publicação do extrato da convenção coletiva no jornal local, devendo a oposição ao desconto ser feita mediante manifestação individual e escrita, e protocolada pessoalmente pelo empregado na secretaria do sindicato. Com a oposição do empregado ao recolhimento, estará dispensando e desobrigando o empregador de cumprir as cláusulas da presente convenção coletiva que lhe beneficia no que diz respeito ao seu contrato de trabalho. Desobriga também, o empregador de submeter à assistência do sindicato, os pedidos de demissão e as rescisões de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 37 - CÓPIA DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO

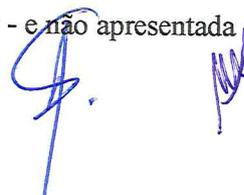
As empresas ficam obrigadas a encaminhar aos respectivos sindicatos, cópias das guias de recolhimento dos descontos e contribuições previstas nas cláusulas acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias de sua efetivação, bem como a relação nominal dos empregados com as respectivas remunerações.

CLÁUSULA 38 – APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO SINDICAL

No ato homologatório de rescisão de contrato de trabalho o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTA CRUZ DO SUL deverá exigir das empresas a apresentação das guias de Contribuição Negocial/Assistencial Patronal recolhidas, e/ou Certidão de Regularidade Sindical em favor do SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa que não possuir no ato da homologação a Certidão de quitação da Contribuição Negocial/Assistencial ao SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL, o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTA CRUZ DO SUL, concederá o prazo de 48 horas para comprovar a quitação da contribuição Patronal e agendar nova data para homologação da rescisão do contrato de trabalho;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Reagendado pela empresa a nova data para o ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho – após o prazo concedido no parágrafo anterior - e não apresentada



a Certidão de quitação da Contribuição Negocial/Assistencial ao SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL, a rescisão do contrato de trabalho será homologado, com a seguinte a RESSALVA:

- a) A empresa reconhece fazer parte da categoria representada pelo SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL, e manifesta ciência e concordância expressa com a cláusula 35 da convenção coletiva, que prevê o recolhimento da TAXA NEGOCIAL/ASSISTENCIAL.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTA CRUZ DO SUL, deverá enviar - por meio eletrônico ou físico - SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTA CRUZ DO SUL, até o dia 10 de cada mês, cópia de todas as rescisões homologadas no mês anterior.

CLÁUSULA 39 – PAGAMENTO DE DIFERENÇAS

As diferenças salariais decorrentes da presente Convenção Coletiva relativa ao mês de novembro 2020, deverão ser quitadas na folha janeiro de 2021.

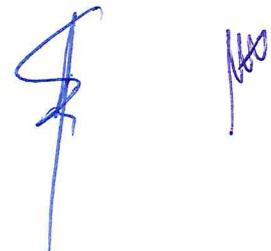
PARTE II

Tendo em vista a remuneração diferenciadas e benefícios diferenciados concedido pela empresa **HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA**, CNPJ, nº 79.379.491/0143-03, com sede na rodovia BR 471, S/N, Bairro Schulz, em Santa Cruz do Sul-RS. CEP 96.845-545, aos seus empregados.

As cláusulas previstas neste aditivo (parte II), são exclusivas para empresa **HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA**, CNPJ, nº 79.379.491/0143-03, tendo em vista o benefício de abrir domingos e feriados, salvo negociação a ser realizada entre os sindicatos.

CLÁUSULA 40 (exclusiva aos HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA) - DO SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

A empresa HAVAN pagará a seus empregados o piso salarial de **R\$ 1.602,56** (um mil seiscentos e dois reais e cinquenta e seis centavos), por mês.



CLÁUSULA 41 (exclusiva aos HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA) - DO REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados abrangidos pelo presente acordo serão majorados em 1º de novembro de 2020, em 4,77% (quatro virgula, setenta e sete por cento), a incidir sobre o salário de novembro de 2020, devendo ser compensado a antecipação salarial concedida em abril de 2020.

CLÁUSULA 42 (exclusiva aos HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA) - DA ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Ainda, fica garantida uma antecipação de 1,5% (um e meio por cento) para o mês de abril de 2021 para todos os empregados.

CLÁUSULA 43 (exclusiva aos HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA) - DO VALE ALIMENTAÇÃO

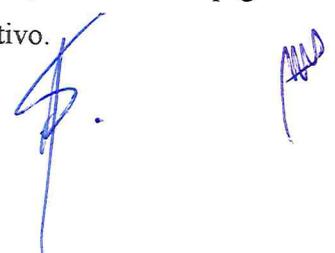
A HAVAN pagará a seus empregados, além do piso normativo estabelecido, vale-alimentação de R\$ 16,34 (dezesseis reais e trinta e quatro centavos) por dia trabalhado, o que totaliza no valor máximo de R\$ 424,84 (quatrocentos e vinte e um reais e oitenta e quatro centavos) ao mês, autorizando-se o desconto, no mês seguinte, dos dias de falta do trabalhador, no mês a que corresponde o pagamento, a ser pago mediante fornecimento de cartão-alimentação específico, sendo que os trabalhadores terão descontado a coparticipação no percentual máximo de 20% (vinte por cento) sobre o custo respectivo. O pagamento deste benefício não integrará a remuneração para nenhum fim de reflexo em nenhuma verba decorrente do contrato de trabalho.

CLÁUSULA 44 (exclusiva aos HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA) - DO AUXÍLIO CRECHE

A HAVAN pagará a seus empregados, além do piso normativo estabelecido, auxílio-creche no valor de R\$ 171,82 (cento e setenta um reais e oitenta e dois centavos) ao mês para todas as empregadas mulheres, que possuir filho de 0 (zero) a 06 (seis) anos, tendo como início do pagamento a data da cessação do auxílio maternidade.

CLÁUSULA 45 (exclusiva aos HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA) - DO QUEBRA DE CAIXA

Para todos os empregados que operarem o caixa da empresa, deverá a empresa HAVAN pagar a título de quebra de caixa o percentual de 11% (onze por cento) do piso normativo.



CLÁUSULA 46 (exclusiva aos HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA) - DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

A empresa HAVAN deverá manter programa de participação nos resultados, prevendo o pagamento de até uma (1) vez o salário mensal, se alcançadas as metas estabelecidas pela filial, ou proporcional as metas alcançadas, a cada empregado(a) a título de participação nos lucros.

CLÁUSULA 47(exclusiva aos HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA) -DA LICENÇA MATERNIDADE

Fica garantido as empregadas da empresa HAVAN, a prorrogação da licença maternidade para 180 dias.

CLÁUSULA 48 (exclusiva aos HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA) -DO TRABALHO AOS DOMINGOS E FERIADOS

a) A empresa HAVAN pagará aos empregados que trabalharem aos domingos um prêmio no valor de R\$ 53,74 (cinquenta e três reais e setenta e quatro centavos) por domingo trabalhado, além de conceder uma folga por domingo trabalhado. O pagamento deste benefício não integrará a remuneração para nenhum fim de reflexo em nenhuma verba decorrente do contrato de trabalho.

b) A empresa HAVAN pagará aos empregados que trabalharem aos feriados um prêmio de R\$ 91,14 (noventa um reais e quatorze centavos) por feriado trabalhado, além de conceder uma folga por feriado trabalhado, no prazo de até 30 dias. O pagamento deste benefício não integrará a remuneração para nenhum fim de reflexo em nenhuma verba decorrente do contrato de trabalho.

CLÁUSULA 49 (exclusiva aos HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTO LTDA) - DOS DIAS EM QUE NÃO HAVERÁ EXPEDIENTE NA EMPRESA HAVAN

Fica expressamente estabelecido que a empresa HAVAN não poderá utilizar de seus empregados nas seguintes datas: **1º de janeiro (Ano Novo), 1º de maio (dia do Trabalhador) e 25 de dezembro (Natal)**, portanto, permanecerá fechada nestas datas. Nos demais dias, desde que cumpridas as cláusulas desde termo aditivo e dos demais termos da convenção coletiva de trabalho, a empresa está autorizada a utilizar de empregados em dias de domingos e feriados.

CLÁUSULA 50 - DA MANUTENÇÃO DAS VANTAGENS FIXADAS NA CONVENÇÃO COLETIVA



Além das cláusulas fixadas no presente termo - PARTE II -, a empresa HAVAN deverá cumprir integralmente às cláusulas vigentes da convenção coletiva de trabalho da categoria, e, em caso de dúvidas quanto a qual cláusula deva seguir, deve sempre respeitar a redação que for mais favorável aos empregados.

CLÁUSULA 51 - VIGÊNCIA

As condições estabelecidas na presente Convenção Coletiva vigoram pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 1º de novembro de 2020, não integrando, de forma definitiva, depois de expirado o prazo de vigência, os contratos individuais de trabalho.



Afonso Schwengber
CPF nº: 172.775.070-53
Sindicato dos Empregados no Comércio
Santa Cruz do Sul

Santa Cruz do Sul, 01 de dezembro de 2020.



Mauro Spode
CPF nº 320.298.610-49
Sindicato do Comércio Varejista de Santa
Cruz do Sul